

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA: reflexões sobre o MST e a construção de representações sobre os presidentes brasileiros (1984-2006)

Fabiano Coelho

Doutorando em História - PPGH/UFGD

RESUMO: Desde sua criação, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) esteve presente e atuante em diversos momentos da história do Brasil, como no final da Ditadura Militar, no processo de “abertura política” do país e na consolidação das eleições diretas para presidente, a partir de 1989. Nesse período, o Movimento se projetou como oposição e resistência aos presidentes, representando-os como conservadores, elitistas e “inimigos” da reforma agrária. Nesta perspectiva, pretende-se discutir algumas reflexões iniciais de pesquisa sobre as representações do MST face aos presidentes brasileiros, entre os anos de 1984 e 2006, sendo eles de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, e Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do *Jornal Sem Terra*. Destaca-se também a importância deste jornal como um instrumento político, utilizado pelo MST para elaborar e publicizar representações sobre os presidentes no período delimitado.

PALAVRAS-CHAVE: MST; presidentes brasileiros; representação; *Jornal Sem Terra*.

ABSTRACT: Since its creation in 1984, the Landless Workers Movement (MST) was present and active at various times in the history of Brazil, as for example at the end of the military dictatorship, in the process of the country's "political opening" and in the consolidation of the direct elections for President, from 1989. During this period, the Movement has designed itself as opposition and resistance to the presidents, representing them as conservative, elitist and "enemies" of the land reform. With this in mind, we intend to discuss some initial research considerations on the MST representations as for the Brazilian presidents, between the years of 1984 and 2006, who were Jose Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, and Luiz Inácio Lula da Silva, by means of the newspaper Landless Journal. It also highlights the importance of this journal as a political instrument, used by the MST to develop and publicize representations about the presidents during the period given.

KEYWORDS: MST; Brazilian presidents; representation; *Jornal Sem Terra* (Landless Journal).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado em janeiro de 1984, no transcorrer do I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado no município de Cascavel/PR. Todavia, anterior ao referido evento, o Movimento¹ já vinha sendo articulado por lideranças de trabalhadores rurais de diversos estados, com o apoio de

¹ Quando se escreve Movimento com letra maiúscula, refere-se ao MST.

sindicatos de trabalhadores rurais e, principalmente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Movimento se configura como objeto de estudo nos mais diversos campos do saber, o que evidencia a relevância, riqueza e dinamicidade das suas ações no contexto histórico brasileiro. No contexto atual, existe uma quantia considerável de livros, teses e dissertações que procuraram sistematizar os caminhos e descaminhos que marcaram a sua trajetória histórica². O maior interesse em estudar o MST se deu principalmente a partir da década de 1990, no momento em que ele estava se constituindo em todo o território nacional e chamando a atenção de grande parte dos meios de comunicação e da sociedade brasileira.

No campo, o processo histórico que culminou na criação do MST foi a luta contra a “expropriação e exploração” dos trabalhadores rurais. De acordo com Martins, na década de 1960, sobretudo, após o Golpe Militar de 1964, ocorreu um processo violento de expropriação de pequenos lavradores, representados por pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros (1991: 50). Este fenômeno foi delineado, particularmente, por grandes empresas apoiadas com incentivos fiscais providos do Estado³.

A articulação e o trabalho para organizar o MST, como um movimento nacional na luta pela terra, se efetivaram, em especial, a partir da situação de “exclusão”⁴ que trabalhadores e trabalhadoras do campo vinham sofrendo. Como enfatiza Émerson Neves da Silva, “o Movimento foi construído de forma dialética” (2004: 28). Nesse sentido, o MST não surgiu espontaneamente, mas por meio dos diálogos, das articulações políticas entre diversos grupos, e também do próprio contexto em que os trabalhadores rurais sem-terra viviam no momento. As lutas organizadas no final da década de 1970 e as ações de lideranças de trabalhadores rurais sem-terra no início dos anos de 1980 já ensaiavam para a criação de um movimento social de caráter nacional, visando unificar a luta pela terra. Dentre essas lutas, que marcaram o contexto histórico da época, destaca-se em 1979 a luta dos posseiros da Fazenda Primavera, no extremo Oeste Paulista (FERNANDES, 1999), e a organização e resistência do acampamento Encruzilhada Natalino, em 1980, no Rio Grande do Sul (MARCON, 1997; IOKOI, 2001).

Junto ao contexto político, econômico e social do período, que foram preponderantes para a organização do MST, destaca-se também o papel fundamental que a Igreja exerceu

² Dentre as diversas referências para compreender o processo de construção, organização e ampliação das ações do Movimento no país, destaca-se: Fernandes (1998; 1999; 2000); Fernandes e Stedile (2005); Emerson Silva (2004); Cristiani Silva (2004); Borges (2004); Chaves (2000); Branford; Rocha (2004); Carter (2010).

³ Para compreender o processo de “expropriação” e “exploração”, ver: Martins (1983; 1989; 1991). O autor se tornou uma referência para o entendimento de questões relacionadas à política no campo, à reforma agrária e aos movimentos sociais, especialmente, entre as décadas de 1960 e 1980.

⁴ O termo “exclusão” é utilizado por Martins (1997: 18), em que expressa o sentido de “privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação do bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança”.

em sua formação⁵. Não há como fazer considerações sobre a construção do MST sem, pelo menos, mencionar a relevância dos “agentes religiosos”⁶ para a organização do Movimento. Mesmo entre as principais lideranças que articularam a criação do MST, há o reconhecimento da importância do trabalho desempenhado pelos agentes religiosos em meio aos sujeitos sem-terra, especialmente, os trabalhos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷. João Pedro Stedile, uma figura relevante no processo de criação e organização do MST, chegou a dizer em 1997, em uma entrevista concedida a *Revista de Estudo Avançados*, que “de certa forma, o MST é um filhote da CPT”⁸.

Do processo de formação do MST em diversos estados do país, nota-se que ao longo do tempo, sua organização foi (re)construindo seus discursos e práticas conforme a reorganização da própria sociedade. Cristiani B. da Silva (2004) salienta que seria um equívoco pensar que o MST da década de 1980 é o mesmo do século XXI. O MST foi revendo e transformando algumas de suas diretrizes pragmáticas, alterando também sua filosofia política ao longo da história. Para a pesquisadora Maria da Glória Gohn (1997: 305), é preciso compreender a trajetória de lutas do MST, bem como o desenvolvimento político de suas bases ideológicas ao longo do tempo⁹. Os discursos foram se modificando de acordo com o desenvolvimento político e ideológico de seus integrantes e das próprias mudanças sociais brasileiras e globais. Sublinha-se que, as mudanças e redirecionamentos políticos do MST não ocorreram por questões meramente de poder das lideranças em termos de cenário nacional, ou de projeção do Movimento. Isso tudo é legítimo, mas está associada também às novas demandas que são impulsionadas por uma relação de rede mundial da sociedade civil organizada, que tem procurado associar direitos tradicionais, a

⁵ As pesquisas realizadas por Vendramini (1997); Vargas Netto (2007); Silva (2004); Lara Júnior (2005); Fernandes (1998); Chaves (2000), e Coelho (2007), contribuem para compreender a estreita relação do MST com as “alas progressistas” da Igreja, especialmente, em seus primeiros anos de existência.

⁶ Por “agentes religiosos” entendem-se bispos, padres, freiras, pastores e indivíduos leigos que desenvolviam trabalhos com os homens e mulheres marginalizados na cidade e no campo, principalmente vinculados as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), sob a perspectiva da Teologia da Libertação. Os trabalhos de Gaiger (1987) e Sader (1988) são relevantes para compreender os trabalhos desenvolvidos pelos agentes religiosos junto aos pobres do campo e da cidade, nas décadas de 1960 e 1970.

⁷ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975, e se constitui um organismo no interior da Igreja Católica. Suas ações são pautadas na articulação e assessoramento de movimentos sociais organizados no campo. No processo histórico de luta pela terra no Brasil, os trabalhos desenvolvidos pelos integrantes da CPT tiveram um papel fundamental, particularmente, no assessoramento e articulação das lutas no campo. Ver: Coelho (2010; 2012).

⁸ *ESTUDOS AVANÇADOS*. O MST e a questão agrária. São Paulo: IEA, v.11, n.31: 69-97, 1997.

⁹ É preciso ressaltar que, o MST, em seu sentido mais amplo, não pode ser apenas considerado apenas um “corpo” político com suas bases ideológicas, pois, o mesmo é constituído de homens e mulheres em sua heterogeneidade, vivenciando diversas relações nos inúmeros acampamentos e assentamentos vinculados ao MST. Borges (2004) e Almeida (2005) desenvolveram pesquisas relevantes sobre a dinamicidade e as diversas relações que envolvem os sujeitos que compõem e dão vida ao Movimento. Ambas as pesquisadoras procuraram demonstrar, a partir de realidades específicas, o quão complexo se configura o processo de luta pela terra, a dinamicidade, as ambiguidades e contradições que caracterizam as diversas faces do Movimento.

necessidade de conquista de direitos modernos (GOHN, 1997; 2000). Enfim, direitos que vão para além da terra, como saúde, educação, lazer, saneamento básico, dentre outros.

O MST esteve presente e atuante, desde sua criação, em diversos momentos da história brasileira, como no final da Ditadura Militar, no processo de “abertura política” do país e na consolidação das eleições diretas para presidente, a partir de 1989. Nesse período, o Movimento se projetou como oposição e resistência aos presidentes, representando-os como conservadores, elitistas e “inimigos” da reforma agrária. Nesta perspectiva, o texto apresenta reflexões iniciais de pesquisa, elencando algumas representações do MST face aos presidentes brasileiros entre os anos de 1984 e 2006, sendo eles de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, e Luiz Inácio Lula da Silva¹⁰, sobretudo, por meio do *Jornal Sem Terra*.

As reflexões no texto se apoiam nos aportes teórico-metodológicos da “história cultural”, sobretudo, na perspectiva de Roger Chartier. Para este historiador, a preocupação central da história cultural seria “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (1990: 17). Nesta perspectiva, os conceitos “complementares” de “práticas” e “representações” se configuram como basilares para entender a elaboração de representações do MST sobre os Governos brasileiros e suas ações. Esses conceitos são complementares pelo fato de que as “práticas e representações são sempre resultados de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2005: 134). Ou seja, cada grupo social possui suas “práticas” que geram “representações” e vice e versa, ao passo que estas são motivadas pelas necessidades e interesses dos grupos. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente. O *Jornal Sem Terra* se revela como um instrumento político privilegiado na organização do MST, em que se constroem representações sobre diversas e distintas questões.

Por este prisma, destaca-se a importância do *Jornal Sem Terra* como um instrumento político, do qual a organização do MST se utiliza para forjar representações sobre os presidentes no período delimitado. A produção do *Jornal Sem Terra* começou antes mesmo da oficialização do MST. O periódico surgiu em 1981, em formato de um boletim, como o nome de *Boletim Sem Terra*. Sua produção era feita em Porto Alegre/RS, e

¹⁰ Para além de oposição e resistência aos presidentes e Governos, destaca-se que a defesa do MST é por uma sociedade Socialista, em que a lógica do capital não prevaleça, e que novas relações sociais sejam erigidas. Isto é, a oposição não é apenas sobre presidentes e Governos específicos, mas face a um sistema, no caso, o capitalismo. A utopia do Movimento é alicerçada na construção de uma sociedade socialista, em que a conquista da reforma agrária se torna imprescindível para a construção de um país justo (SILVA, 2004; CORAZZA, 2003).

os responsáveis por sua organização foram a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral Universitária de Porto Alegre/RS, e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. O *Boletim Sem Terra*, em seu início, fora organizado para divulgar a luta dos trabalhadores no acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Sarandi/RS, bem como conseguir ajuda de grupos solidários a causa dos sem-terra: Enfim, divulgar e reunir pessoas e grupos solidários para tentar minimizar as necessidades materiais dos acampados. Após um ano e meio de existência, além de ser um espaço apenas informativo, em que a solidariedade aos sem-terras era o cerne da produção, o boletim se transformou, gradativamente, num projeto mais específico, em que seus produtores viam no impresso um potencial para colaborar e aperfeiçoar a organização dos trabalhadores¹¹.

Com o nascimento oficial do MST, em 1984, o *Boletim Sem Terra* foi incorporado à organização do Movimento, e a produção do periódico passou a ser de sua responsabilidade. Nesse mesmo ano, o boletim foi transformado em tablóide, passando a ser chamado de *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*¹². Em 1985, com a transferência da Secretaria Nacional do MST para a cidade de São Paulo, a produção do jornal foi deslocada também para a capital paulista¹³. O *Jornal Sem Terra*, em seus quase trinta anos, sempre foi visto pela organização do MST como um objeto e espaço significativo, pois, através de suas páginas, sua organização poderia se expressar não só para seus integrantes, mas também para leitores externos ao MST, mas que de certa forma simpatizavam-se com suas lutas. Para a organização do Movimento, o periódico é visualizado como seu “porta-voz”, como se pode perceber claramente na edição nº. 71, de março de 1988. Ao dizer que o jornal era uma das ferramentas mais antigas para a divulgação da luta dos trabalhadores, e que os sujeitos deveriam se manter informados, lendo o jornal, o MST destacava que “o jornal também é um órgão para divulgar a proposta do Movimento. O jornal é a voz do Movimento”¹⁴. Nessa perspectiva, para além de ser sua voz, Judite Strozake, militante do Movimento, em 1999, destacou que o jornal era um “patrimônio” e a “cara do MST”¹⁵. Sendo sua “voz”, seu “patrimônio”, e sua “cara”, o jornal se

¹¹ No que tange ao nascimento, produção e relevância histórica do *Jornal Sem Terra* para a organização do MST, destacam-se as pesquisas realizadas por Fernando Perli (2002; 2007) e Antonio Alves Bezerra (2011).

¹² Na edição de março de 1984, o boletim passou a ter formato de tablóide. Nesse ano, o MST mudou o nome do periódico, que passou a ser chamado *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, sob sua responsabilidade. Em outubro de 1998, o Movimento inseriu o “Rurais” no nome, denominando-o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

¹³ Essa mudança era vista pela Direção Nacional como estratégica no fortalecimento das lutas, pois na capital paulista, o MST teria a oportunidade de se fazer visto com mais intensidade. Com relação ao *Jornal Sem Terra*, era a oportunidade de conquistar mais leitores e espalhar suas edições para os mais diversos lugares do país (PERLI, 2007: 97).

¹⁴ Como ler o jornal. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1988, ano VIII, Nº 71. p. 16.

¹⁵ STROZAKE, Judite. História nos reservou o tempo de lutar e construir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1999, ano XVII, n. 189. p. 3.

configura como um espaço e instrumento político de suma importância para a organização do MST.

Algo a ser ressaltado, entretanto, é sobre qual MST é analisado por meio do *Jornal Sem Terra*. Entende-se que, o MST, constituído nos diversos acampamentos e assentamentos compõe-se de uma diversidade de sujeitos, de procedências, valores e visões de mundo distintas, enfim, o Movimento é composto por um “corpo heterogêneo” (SILVA, 2004; BORGES, 2004; ALMEIDA, 2006; FARIAS, 2002; COELHO, 2007; CHAVES, 2000). Todavia, o MST representado nas páginas do *Jornal Sem Terra* é, em grande parte, dos militantes e intelectuais que integram sua organização, a nível nacional. Como diria Silva (2004), são as “vozes autorizadas”, ou seja, aqueles que escrevem, pensam e projetam o MST, a partir de suas experiências de lutas, convicções políticas e ideológicas. Borges (2004) diria que esses sujeitos são a “vanguarda” do MST.

Ao nascer em fins do Regime Militar, o MST pode acompanhar e construir representações sobre diferentes momentos e eventos que marcaram a história do Brasil. Nessa época, destaca-se que houve a organização de diversos movimentos sociais (tanto no campo quanto na cidade), e um clamor nacional de distintos setores da sociedade em prol da democracia (SADER, 1988; GRZYBOWSKI, 1987). Neste sentido, a organização do MST, no início dos anos de 1980, não foi um fenômeno isolado, pelo contrário, em fins da década de 1970 “novos personagens entraram em cena na história do Brasil” (SADER, 1988), em que através dos movimentos sociais, contestavam, em sua maioria, as medidas políticas implementadas pelo Estado e reivindicavam direitos que até então lhes eram negados pelo Estado brasileiro.

No campo, as manifestações sociais foram intensas, reveladas tanto em número de participantes, quanto na diversidade de regiões em que estavam ocorrendo as lutas pela terra (GRZYBOWSKI, 1987: 17-18). A luta do MST, naquele contexto, não era apenas pela reforma agrária, mas também uma luta pela redemocratização do país. Entre os anos de 1983 e 1984, aconteceu a “Diretas Já”, movimento civil organizado por diversos grupos, políticos e seguimentos sociais, que reivindicavam e se manifestavam, através de comícios, passeatas e discussões na sociedade, o direito do povo escolher seu presidente e outros governantes, ou seja, “eleições diretas” (DELGADO, 2007). O MST apoiava o movimento “Diretas Já” e, por meio do *Jornal Sem Terra*, isso ficou bastante evidente. Em abril de 1984, com a não aprovação pelo Congresso da Emenda Constitucional “Dante de Oliveira”, que restabelecia as eleições diretas para presidente da República, o MST destacava que o “Brasil foi traído”, e que “uma minoria de parlamentares covardes e submissos frustraram a

esperança de milhões de brasileiros que querem decidir o seu destino”¹⁶. A emenda recebeu 298 votos a favor, 65 contra, 2 abstenções e tiveram ausentes 113 parlamentares, não sendo aprovada pela diferença de 22 votos.

Após a derrota da emenda, que objetivava restabelecer eleições diretas para presidente, entre negociações e interesses políticos que se perfaziam entre os partidos e parlamentares, o Colégio Eleitoral do Congresso, em 1984, por meio de eleições “indiretas”, elegeu Tancredo Neves como novo presidente do Brasil, tendo como vice José Sarney. Entretanto, Tancredo nem chegou a tomar posse do cargo de presidente, haja vista que se adoentou e faleceu em 21 de abril de 1985. Com isso, Sarney ocupou o cargo de presidente da República, elegendo o mandato até o ano de 1989, ano em que teve a primeira eleição direta para presidente, após o Golpe Militar de 1964¹⁷.

Com o advento da denominada “Nova República”, havia a idéia de que o país retomaria seu caminho democrático. É importante ressaltar que a “Nova República” que nascia era, “na mesma moeda, a outra face da ‘Velha República’” (CAPELATO, 1988: 57). Para os pobres do campo e da cidade, a realidade social ainda deixava a desejar. Ao se consolidar no cenário nacional, por parte do MST, as representações sobre o Estado e suas ações foram constantes, sendo o *Jornal Sem Terra* um espaço e instrumento político privilegiado.

No Governo de Sarney (1985-1989), que ironicamente tinha identificações com o Regime Militar, as frustrações e representações criadas sobre o presidente eram intensas. Explicitamente, o MST se posicionava contra forças políticas da Nova República em decorrência de diversas questões, como por exemplo, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)¹⁸. Nesse contexto, o Movimento buscava “retratar a intensificação da mobilização frente à organização das forças políticas ruralistas na Nova República” (PERLI, 2007: 159). Em meados da década de 1980, Silva ressalta que politicamente o MST teve que resistir as ações do Estado, cuja maioria de seus representantes serviam aos interesses da grande propriedade rural, inibindo, ou até mesmo barrando qualquer tentativa de uma reforma agrária no país (2004: 59). Sarney era representado como a continuação da política dos

¹⁶ O Brasil traído. *Jornal Sem Terra*. Porto Alegre, abril de 1984, ano III, n. 35. p. 2.

¹⁷ Sobre o Golpe Militar e o período de Ditadura no Brasil, ver: STEPAN (1988); Velasco e Cruz; Sorj; Almeida (1983); Ferreira; Reis (2007); Mota (2000); Ferreira; Delgado (2007).

¹⁸ O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi aprovado no Governo Sarney, em 1985, cujo objetivo era viabilizar de forma rápida a Reforma Agrária no país. Entretanto, o plano não teve êxito e nem conseguiu o apoio necessário dentro do próprio Governo Sarney. José Gomes da Silva, em seu livro “A Reforma Agrária na Virada do Milênio” (1996), discutiu de forma significativa as problemáticas que envolveram o PNRA no Governo Sarney.

militares. O Estado continuaria com os mesmos vícios dos governos passados¹⁹. A “Nova República” não teria nada de “nova”.

No que diz respeito ao campo e a reforma agrária, o MST não acreditava que o Estado presidido por Sarney poderia transformar a estrutura agrária do país. Aliás, o PNRA proposto pelo Governo Sarney era representado como se fosse um “golpe mortal” nos trabalhadores rurais, tido como semelhante ou até pior que o Estatuto da Terra, criado pelos militares²⁰. São inúmeras as representações construídas no período em que Sarney esteve na presidência da República, sendo o presidente e os latifundiários caracterizados como maiores inimigos do MST e da reforma agrária. O Movimento ressaltava em setembro de 1986 que “o Governo da ‘Nova República’ já decidiu há muito tempo que não vai fazer a Reforma Agrária prometida aos trabalhadores”²¹. Representado como um presidente que deu continuidade aos “vícios” do Regime Militar, manchetes e editoriais como “Ninguém acredita nesse Governo”²²; “Governo de Mentiras”²³; “Fracassa terceiro ‘plano’ Sarney”²⁴, dentre outros direcionados ao Estado eram recorrentes nas páginas do *Jornal Sem Terra*. Na “Nova República” de Sarney, uma das alternativas encontradas pelo MST para chamar a atenção das autoridades públicas e da sociedade foi a intensificação das ocupações de terras (FERNANDES; STEDILE, 2005: 67).

Um aspecto relevante a destacar é que desde sua criação, no bojo da abertura política do Brasil, o MST sempre se inseriu nas discussões sobre os processos políticos do país, bem como publicizou representações sobre os candidatos presidenciais. Essas questões eram tratadas, em especial, nos editoriais das publicações.

Nas eleições presidenciais de 1989, assim como a de 1994, 1998 e 2002, o Movimento participou e orientou seus integrantes nos tempos de eleição. Em relação à presidência, naquele período, sua organização deixava explícito que apoiava o torneio mecânico, líder sindical no ABC Paulista e presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula. Enquanto Lula era representado constantemente como a “esperança” de transformação, os outros presidenciais eram tidos como “anti-povo”, como exemplo, cita-se a eleição para presidente de 1989. Durante todo o processo eleitoral, tanto no primeiro como no segundo turno, o MST se manifestou publicando diversas matérias, analisando os candidatos e criando representações sobre os mesmos. No jogo político e na luta por representações, a preferência por Lula era visível, sendo ele o

¹⁹ Os mesmos vícios do passado. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro/novembro de 1985, ano IV, n. 48, p. 2.

²⁰ Sarney da Golpe Mortal na Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1987, ano VI, n. 68.

²¹ Tapeação do Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1986, ano V, n. 56, p. 2.

²² Ninguém acredita nesse Governo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1988, ano VIII, n. 72, p. 3.

²³ Governo de Mentiras. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1988, ano VIII, n. 73, p. 3.

²⁴ Fracassa terceiro ‘plano’ Sarney. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 1989, ano IX, n. 83, p. 3.

único “representante do povo” e que tinha assumido o compromisso de fazer a reforma agrária²⁵.

Entretanto, nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito. Com Collor não foi diferente, o MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, se tornou um opositor ferrenho do Governo. Diante da postura de Collor, logo no início do mandato do recém presidente, o MST visualizava suas políticas como “demagogia e arrocho”²⁶. Muitas das representações de Collor são de que ele era “autoritário e demagógico”, não se diferenciando dos militares e de Sarney. “Na prática, é um Governo que não se diferencia dos militares e tão pouco do Sarney”²⁷. Sobre o autoritarismo do Estado no Governo de Collor, destaca-se que diversas ações do Movimento foram reprimidas duramente (FERNANDES; STÉDILE, 2005: 69). Emérsom N. da Silva (2004, p. 68), ressalta que esse foi um período de “fogo”, no qual o MST teve muitas dificuldades para resistir. O Governo Collor, aparentemente democrático, utilizou táticas de repressão policial e isolamento político do Movimento, ou seja, não abriu possibilidades para o diálogo entre ambos.

As representações sobre as “mentiras” de Collor, bem como de que ele era “incapaz” foram constantes²⁸. Não só construir representações sobre os presidentes, o MST se configurava como um movimento político de resistência e pretendia combater o Governo. No editorial da publicação de outubro de 1990 a manchete era: “Combater o Governo Collor”²⁹. Esse combate era mediado pela denúncia, resistência e avanço nas lutas. Isto é, os trabalhadores, mesmo sendo isolados do cenário político, deveriam avançar, organizando acampamentos e atos públicos, também produzindo nos assentamentos, dando respostas à sociedade que a reforma agrária era necessária, viável e relevante. O lema oficial do MST no momento era “Ocupar, Resistir e Produzir”. Nesta direção, o MST, por meio do *Jornal Sem Terra* apoiou e divulgou as manifestações da mídia, políticos e sociedade civil que queriam o impedimento do presidente Collor. “Fora Collor. Reforma Agrária Já” foi o título do editorial da publicação de setembro de 1992³⁰. O MST sugeria uma paralisação nacional de toda a sociedade civil para que Collor fosse impedido de atuar como presidente do Brasil.

Collor foi impedido do seu mandato no ano de 1992 e Itamar Franco assumiu a presidência do Brasil. Para a organização do MST, conforme Stedile, o presidente Itamar foi “interessante” do ponto de vista do diálogo (FERNANDES; STEDILE, 2005: 71). Contudo, a

²⁵ Os trabalhadores enfrentam a burguesia. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1989, ano IX, n. 89, p. 3.

²⁶ Organizar e Mobilizar pra Resistir. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano X, n. 92, p. 3.

²⁷ A cara do Governo Collor: um governo autoritário e demagógico. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1990, ano X, n. 92, p. 8.

²⁸ Governo Incapaz. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1991, ano X, n. 106, p. 2.

²⁹ Combater o Governo Collor. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1990, ano X, n. 97, p. 2.

³⁰ Fora Collor. Reforma Agrária Já. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1992, ano XI, n. 119, p. 2.

relação entre MST e presidente Itamar não eram tranquilas. Mesmo depois de toda comoção nacional e o impedimento de Collor, para o Movimento, o poder público continuava “Surdo e Mudo”. De forma irônica, dizia que Itamar não tinha dito para “que veio”. Isto é, não tinha noção de sua responsabilidade e planos para o Brasil. No que tange à reforma agrária, o MST enfatizava que o desinteresse para ouvir os trabalhadores e efetivar a reforma agrária era maior ainda.

Demonstrando descontentamento e frustração, relatava que até aquele momento (1992), Itamar nem “sequer havia indicado o novo presidente do INCRA”³¹. O Movimento cobrava atitudes de Itamar, que em sua visão estava “perdido”, sem saber muito o que fazer na direção política do país. “Enfim, afasta-se Collor. E agora Itamar?”, esse era o título do editorial do jornal em dezembro de 1992³². O presidente Itamar era representado como estático, não mudando a situação do país, nem melhorando os projetos e políticas voltadas ao campo. Na edição de setembro de 1993 era propagado no título do editorial: “O caos do ‘desgoverno’ Itamar”³³. Diante da falta de atitude e complacência ao que estava ocorrendo, Itamar não era digno nem de se dizer que estava governando, e sim “desgovernando”. As representações sobre o presidente Itamar se estenderam até o final de seu governo, quando entrou na presidência da República Fernando Henrique Cardoso de Melo, o FHC.

As relações entre MST e presidente FHC foram tensas. E isso já se evidencia na primeira edição do *Jornal Sem Terra*, após a vitória de FHC. Em outubro de 1994, a manchete era “A Falsa Democracia”, e no editorial o título dizia “Venceu a Mentira”³⁴. Para o MST, a década de 1990 foi um período de muitas lutas, principalmente, com a ofensiva do Governo de FHC para desmobilizar suas lutas, como se fosse um grupo violento e arcaico, bem como para tentar o incriminar perante a sociedade (SILVA, 2004; FERNANDES; STEDILE, 2005: 140-146). Grande parte dos meios de comunicação buscou representar pejorativamente e incriminar o Movimento perante a sociedade.

O presidente FHC e seu Governo eram representados como “Velho e Conservador”, em que a maioria dos políticos conservadores e corruptos, desde a época do presidente Sarney haviam continuado. Em 1995, o MST enfatizava, “mal o governo FCH assumiu e já temos a sensação de ser um governo velho. Afinal, é a tradicional elite brasileira que continua no poder. Mandando com os mesmos nomes, apenas fantasiados de social-

³¹ Governo Surdo e Mudo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 1992, ano XI, n. 121, p. 2.

³² Enfim, afasta-se Collor. E agora Itamar? *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1992, ano XI, n. 122, p. 2.

³³ O caos do ‘desgoverno’ Itamar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1993, ano XII, n. 129, p. 2.

³⁴ A Falsa Democracia; Venceu a Mentira. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, outubro de 1994, ano XIII, n. 141, p. 1-2.

democratas”³⁵. Ilustrando e dando um tom de humor ao editorial, também é publicada uma charge no jornal que remete ao que foi salientado.

Imagem 1 – Charge sobre o Governo FHC



Fonte: Um Governo Velho e Conservador. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan/fev de 1995, ano XIV, n. 144, p. 2.

Para o MST, as mesmas moscas que pairavam sobre a política brasileira, desde o início da “Nova República”, continuaram estabelecendo morada no “bolo” chamado Brasil. No Governo FHC, tão hostilizado pela organização do MST, nem as “moscas” (políticos) históricas haviam mudado. Eram os mesmos “senhores do regresso” que detinham o poder político no país. Também, em menos de três meses de trabalho, FHC era representado como um “Governo de nhe-nhe-nhém”, que só pronunciava belos discursos, mas que na prática era “velho e conservador”³⁶. O MST, diante da situação, incentivava seus integrantes de que era preciso lutar e ocupar latifúndios improdutivos.

No Governo FHC, foi impulsionada a implantação do modelo político e econômico neoliberal no país, que já vinha sendo desenvolvido em meados da década de 1980, com a abertura política do país (VARGAS NETTO, 2007; COLETTI, 2005; SILVA, 2004). Esse modelo favoreceu o capital estrangeiro e as diversas multinacionais que investiam no Brasil.

³⁵ Um governo velho e conservador. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, jan/fev de 1995, ano XIV, n. 144, p. 2.

³⁶ Um Governo de Nhe-nhe-nhém. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 1995, ano XIV, n. 144, p. 2.

Na visão do MST, entraria em cena um novo inimigo de sua organização: o neoliberalismo³⁷. É possível dizer que nos oito anos (1995-2002) que FHC ficou na presidência da República, houve uma relação de “ódio” entre MST e presidente FHC. No que tange a reforma agrária, para o MST, ela “não existia”. Mascaravam-se os dados, inventavam números e divulgavam nas mídias nacionais, como se as ações do MST não tivessem sentido³⁸. O “mentiroso”, ou o “pinóquio FHC” só fazia a reforma agrária na “televisão”, como expressa de forma humorística a charge publicada em janeiro de 2002, de autoria do chargista Luscar³⁹.

Imagem 2 – A Reforma Agrária que não existe



ou desapropriadas.

governo se
, como Pará,
, os dados.

Fonte: A Reforma Agrária que não existe. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, janeiro de 2002, ano XXI, n. 217, p. 2.

³⁷ Sobre a trajetória política do MST face ao Governo de FHC, ver: Claudinei Coletti (2005).

³⁸ Em seu primeiro mandato (1995-1998), FHC divulgou que iria distribuir 400 mil títulos de propriedades, todavia, conforme a pesquisadora Alzira Salette Menegat (2003), até o ano 2000, já em seu segundo mandato, o Governo FHC havia beneficiado 372.866 famílias. No que tange ao número de famílias assentadas no Governo FHC, vale ressaltar que a quantia registrada levou em consideração também as áreas regularizadas, não somente as desapropriadas. Sendo assim, potencializou o número de famílias assentadas, quando na verdade estava apenas regularizando situações já existentes e não desapropriando novas áreas (MENEGAT, 2003: 21-23).

³⁹ Luiz Carlos dos Santos, conhecido profissionalmente como Luscar. Iniciou sua carreira como cartunista em fins da década de 1960 na imprensa paulista. Nas décadas seguintes, se consolidou como um profissional talentoso e reconhecido nacionalmente no meio dos cartuns, sobretudo, por sua participação no Pasquim. Dentre suas criações e trabalhos, destaca-se o livro Cornélius (1970) e a série Dr. Baixada (1980). No *Jornal Sem Terra*, publicou charges em diversas edições entre os anos de 1993 e 2002.

A esperança do MST, desde 1989, era Lula, a representação da esquerda e dos interesses do povo, em contraposição com os presidentes que haviam governado na “Nova República”. Se Lula chegasse ao poder, a esperança de viver e realizar a Reforma Agrária definitivamente estava viva. Foi assim que, em 2002, no findar do segundo mandato de FHC, o MST, por meio do *Jornal Sem Terra* investiu na campanha de Lula para presidência. Era chegada a hora de um representante do povo chegar ao poder. E, esse dia chegou. Nas eleições de 2002, Lula era eleito o novo presidente do Brasil. Na manchete da publicação de novembro de 2002, era estampado com entusiasmo – “Povo vota em mudanças e elege Lula presidente” – “Um novo Brasil está nascendo”⁴⁰. Aquele momento histórico foi considerado pelo MST “uma vitória do povo”. Mas, será que as relações tensas entre MST e os presidentes do Brasil teriam acabado com o advento de Lula na presidência? Como se deu o processo de diálogo entre MST e Lula? Será que a Reforma Agrária desejada pelo MST foi implementada? Na perspectiva do Movimento, era “hora de arregaçar as mangas” e transformar o Brasil em um governo de caráter popular, em que o povo era o início, meio e fim. Lula era visto como o presidente e a esperança de transformação⁴¹.

Nos primeiros meses, o MST destacava que Lula seria o presidente “firme”, que acabaria com a crise e sucateamento instaurado por FHC, e faria a reforma agrária tão almejada por milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra⁴². Seria ele o presidente que valorizaria a pequena propriedade. É interessante que o MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, pela primeira vez, construía representações positivas do presidente do Brasil, desde a “Nova República”. Os discursos, pelo menos por um tempo, se transformaram. De oposição ao Governo, era preciso incentivar Lula, representante do povo e da esperança. Nas edições seguintes, as publicações apoiavam o presidente a “quebrar” os vícios de governos passados. Também era preciso que Lula e sua equipe de Governo “quebrassem” a “resistência das elites”⁴³.

Contudo, os discursos do MST, em relação ao presidente Lula se transformaram rapidamente. Bastaram cinco meses para o MST dar evidências de que estava desacreditando no Governo Lula. No editorial de maio de 2003, os discursos da Direção Nacional apontavam para essa questão: “é crescente o sentimento de decepção dos setores organizados da sociedade com o governo Lula. Não restam dúvidas que a composição do governo – privilegiando banqueiros e industriais em cargos estratégicos da política

⁴⁰ Povo vota em mudanças e elege Lula presidente – Um novo Brasil está nascendo. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225.

⁴¹ Hora de arregaçar as mangas. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 2002, ano XXI, n. 226, p. 1-2.

⁴² Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para a luta. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, fev/mar de 2003, n. XXI, n. 227, p. 2.

⁴³ É preciso quebrar a resistência das elites. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2003, ano XXI, n. 228, p. 2.

econômica – e a continuidade da política de FHC (...) estão na raiz dessa decepção⁴⁴. Após cinco meses na presidência, o MST demonstrava certas tensões face ao presidente Lula, especialmente no que diz respeito ao fato do Governo ainda não ter começado a construir políticas voltadas ao campo. Na ótica do MST, era preciso que o Governo fizesse e executasse um “Plano Nacional de Reforma Agrária”⁴⁵, diferente de todas as políticas de reforma agrária feitas em governos anteriores.

No transcorrer do primeiro mandato de Lula (2003-2006), o MST, através de diversas publicações não escondia sua frustração e decepção com o presidente e sua equipe de Governo. Os sentidos dos discursos já eram mais severos, de que Lula não cumpriu o que prometeu, e o MST voltava a ser um opositor ao Governo e suas políticas, sobretudo voltadas ao campo. A figura de Lula era representada como “inerte”, no sentido de que ele não tinha coragem para enfrentar os vícios de governos anteriores, dando continuidade a política neoliberal fortalecida no governo do presidente FHC. Após 15 meses de governo, o Movimento não colocava mais a esperança de transformação social e a efetivação da reforma agrária nas ações políticas de Lula. Muito pelo contrário, enfatizava que as mudanças só viriam com a mobilização. O Brasil, principalmente os pobres do campo precisavam se mobilizar e “gritar” para que Lula ouvisse o clamor do povo, que o elegeu em outubro de 2002⁴⁶.

Os movimentos sociais, e de forma intensa o MST perguntava-se: para onde vai o Governo Lula? Para junto dos movimentos sociais e do povo, ou para junto dos banqueiros, latifundiários e outros grupos que detinham o poder econômico no país⁴⁷? Em março de 2005, em seu editorial, o MST salientava que Lula precisava “decidir, urgentemente, se continuará alimentando a voracidade do capital externo ou se passará a olhar para as necessidades do nosso país”⁴⁸.

Em análises preliminares, observa-se que a partir de 2004, os discursos referentes ao presidente Lula se transformaram definitivamente. Ele não era mais a esperança de transformação. Os pobres do campo teriam que lutar para conquistar a reforma agrária. São diversas as publicações que questionavam o modelo econômico adotado por Lula e sua equipe de Governo, sendo as críticas severas, principalmente, pelo fato de que Lula havia privilegiado o agronegócio, em detrimento da pequena propriedade.

⁴⁴ Nossa tarefa de lutar. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2003, ano XXI, n. 229, p. 2.

⁴⁵ Por um Plano Nacional de Reforma Agrária. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, junho de 2003, ano XXI, n. 230, p. 2.

⁴⁶ É preciso mudanças já: mas elas só virão com mobilização. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2004, ano XXII, n. 238, p. 2.

⁴⁷ O desafio da construção de um autêntico projeto nacional. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, maio de 2004, ano XXII, n. 240, p. 3.

⁴⁸ A ofensiva das elites. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, março de 2005, ano XXIII, n. 249, p. 2.

Todavia, por mais que havia o descontentamento e frustração com a lentidão e não cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal para a reforma agrária, o MST, em comparação com presidentes anteriores, foi bem mais ameno com o presidente Lula. Cobrava-se atitude política, mas as representações construídas em torno do presidente não eram tão pejorativas quanto foram com Sarney, Collor, Itamar e FHC. Diante disso, porque as representações sobre o presidente Lula eram mais “suaves”, no sentido de descaracterizar e desmoralizar suas ações? Seriam os vínculos históricos que ligavam a figura de Lula aos pobres da terra? Seria por causa das crenças e ideais que dirigentes do Movimento e Lula em determinados momentos compartilharam?

Como foi salientado, este artigo é fruto de reflexões iniciais de pesquisa, e o objetivo foi mostrar o quanto são significativas e interessantes as representações construídas pelo MST sobre os presidentes brasileiros. O estudo histórico dessas representações apresenta relevância para historiografia, sobretudo, no que diz respeito ao melhor entendimento dos caminhos e descaminhos do MST no cenário nacional, bem como para a compreensão de como este movimento social, que se tornou referência em toda a América Latina, vem se relacionando e se posicionando acerca das ações políticas, econômicas e sociais empreendidas pelos presidentes do Brasil. Compreender essas representações é contribuir também para o entendimento de como o MST foi produzindo seus discursos e expondo suas idéias e concepções políticas e ideológicas ao longo do tempo. No percurso de pesquisa, tem-se observado que o MST, por meio do *Jornal Sem Terra*, tem estabelecido uma visão maniqueísta e personalista sobre os presidentes brasileiros, encarnando o “bem” e o “mal” em sua figura política.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. *(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BARROS, José D' Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. *Diálogos* – Revista de História do DHI/PPH/UEM, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BEZERRA, Antonio A. *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001*. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BORGES, Maria C. *De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2004. 391 f. Tese

(Doutorado em História). Faculdades de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a Cerca: a história do MST*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Christine de A. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COELHO, Fabiano. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

_____. Para Além do Espiritual: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980). *Revista Angelus Novus* (USP), São Paulo, nº 3, p. 137-152, maio de 2012.

COLETTI, Claudinei. *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP.

CORAZZA, Gilberto. *O MST e um Projeto Popular para o Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Regional do Alto do Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo.

DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-427.

FARIAS, Marisa de F. Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: As incertezas da travessia na luta pela terra*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*. 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

_____. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação Nº 30 (MST). São Paulo: Editora Perez, 1998.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GAIGER, Luiz I. G. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOHN, Maria da G. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, FASE, 1987.

IOKOI, Zilda M. G. Os movimentos sociais e a luta pela terra. In: MACHADO, Maria C. T.; PATRIOTA, Rosângela. *Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. p. 235-255.

LARA JUNIOR, Nadir. *A Mística no Cotidiano do MST: a interface entre religiosidade popular e política*. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história de luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MARTINS, José de S. *Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MENEGAT, Alzira Salete. *No Coração do Pantanal: assentados na lama e na areia – as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral/MS*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNESP, Araraquara.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

PERLI, Fernando. *Sem Terra: de boletim a tablóide*. Um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987). 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

_____. *A Luta Divulgada: um Movimento em (in) formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001)*. 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falhas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Cristiani B. da. *Homens e Mulheres em Movimento - Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Émerson N. da. *Formação e ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SILVA, José Gomes da. *Buraco Negro: a reforma agrária na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VARGAS NETTO, Sebastião L. F. *A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. 2007. 390 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

VELASCO E CRUZ, S; SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VENDRAMINI, Célia. *Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 1997. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar, São Carlos.

Recebido em: 15/03/2013
Aprovado em: 05/06/2013